

HABEAS CORPUS Nº 540.592 - PR (2019/0313751-6)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : JOAN CARLOS XAVIER BISERRA
ADVOGADO : JOAN CARLOS XAVIER BISERRA - MS022491
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : RONALDO LUZ SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de RONALDO LUZ SILVA, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi preso em flagrante e, e, posteriormente, obteve o benefício da liberdade provisória mediante a imposição de fiança no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), pela prática, **em tese**, do delito de contrabando, previsto no art. 334-A do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava o afastamento da fiança imposta ao ora recorrente. O eg. Tribunal de origem concedeu parcialmente a ordem para reduzir o valor da fiança para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do v. acórdão de fls. 16-22, sem ementa no original.

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante repisa os argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na manutenção da segregação cautelar imposta ao paciente, que não possuiria condições de arcar com o valor arbitrado a título de fiança.

Requer, ao final, a redução da fiança ao valor mínimo legal, ou a sua dispensa.

A liminar foi deferida, apenas para reduzir o valor da fiança para o montante equivalente a 10 (dez) salários mínimos, às fls. 56-58.

As informações foram prestadas às fls. 63-68.

O Ministério Público Federal, às fls. 71-72, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, em parecer ementado nos seguintes termos:

"HABEAS CORPUS. CONTRABANDO DE CIGARROS. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. PAGAMENTO DE FIANÇA. DISPENSA OU REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. - Pelo não conhecimento do writ." (fl. 71)

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para a proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Desta forma, **incabível o presente mandamus, porquanto substitutivo de recurso ordinário.**

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o art. 932, III, do Código de Processo Civil, aplicável por força do art. 3º do Código de Processo Penal, estabelece como incumbência do Relator *"não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da*

decisão recorrida."

Na mesma linha, o Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, em seu art. 34, inciso XVIII, alínea **a**, dispõe que **o relator pode decidir monocraticamente** para *"não conhecer do recurso ou pedido inadmissível, prejudicado ou daquele que não tiver impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida"*.

Pretende o impetrante, **em síntese**, o afastamento ou a redução do valor da fiança imposta pelas instâncias ordinárias.

Sobre o tema, insta consignar que a Lei n. 12.403/2011 alterou significativamente dispositivos do Código de Processo Penal, notadamente os artigos 319 e 320, nos quais estabeleceu-se a possibilidade de imposição de medidas alternativas à prisão cautelar, no intuito de permitir ao magistrado, diante das peculiaridades de cada caso concreto, e dentro dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, estabelecer a medida mais adequada.

Em outras palavras, o intuito almejado pela novel legislação foi criar medidas menos gravosas do que a excepcional prisão cautelar, que possibilitem, diante de cada situação, a liberdade de locomoção do agente, atingindo-se a finalidade, mediante estabelecimento de medida alternativa, que antes apenas seria possível com a imposição de prisão cautelar.

Na hipótese, o d. Juízo de primeiro grau fixou a medida cautelar alternativa em decisão assim fundamentada:

"Não sendo o caso de relaxamento da prisão, nem de decretação da prisão preventiva, a concessão da liberdade se impõe, sendo incumbência do magistrado sopesar quais das medidas cautelares substitutivas da prisão revelam-se mais adequadas ao caso concreto.

A nova redação do artigo 319 do Código de Processo Penal ampliou as medidas cautelares à disposição do juiz para casos como o presente, dentre elas a fiança, dotando o sistema processual penal de maior racionalidade no tocante ao dimensionamento do conflito existente entre a presunção de inocência e a necessidade de tutela do processo e da sociedade.

[...]

A quantidade de cigarros transportados (cerca de 800 caixas),

aliada ao caráter essencialmente econômico do delito de descaminho/contrabando, direcionam para a eleição da medida cautelar elencada no inciso VIII, como sendo a mais apropriada para a situação em análise.

Considerando que cada caixa contém 50 pacotes de 10 maços, no total, foram apreendidos cerca de 400.000 (quatrocentos mil) maços de cigarros.

Segundo a experiência forense, é possível afirmar que cada maço é adquirido no Paraguai por, aproximadamente, US\$ 0,25 (vinte e cinco centavos de dólar norte americano).

Logo, em tese, foi necessário o desembolso de cerca de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para a aquisição de toda a mercadoria apreendida.

As certidões de antecedentes criminais do flagrado foram juntadas no evento 4, indicando a inexistência de outros feitos criminais.

Registro que o artigo 325 do Código de Processo Penal dispõe que o valor da fiança para casos como o presente deve ser fixado entre 10 (dez) e 200 (duzentos) salários mínimos, salvo situações excepcionais.

Por isso, considerando (i) a disponibilidade financeira necessária para execução do delito, (ii) a grande quantidade de mercadoria apreendida, (iii) o modus operandi, caracterizado pela camuflagem dos produtos ilegais sob cargas legais transportadas e (iv) o caráter essencialmente econômico dessa espécie de atividade, em total descaso com a saúde pública, decido condicionar sua liberdade à prestação de fiança no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) associada ao cumprimento das medidas previstas nos artigos 327 e 328 do Código de Processo Penal, bem como à apresentação de comprovante de residência." (fls. 30-31, grifei).

Oportunamente, transcrevo ainda trecho do v. acórdão recorrido, que reduziu o valor da fiança para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais):

"Como já referido, o crime investigado permite ver como legal o montante estabelecido, estando a fiança dentro dos limites estabelecidos nos arts. 325 e 326 do CPP.

O paciente conta com defensor constituído, e a tese de hipossuficiência econômica permanece desprovida de comprovação idônea.

Além disso, as circunstâncias do flagrante são indícios de possível participação em esquema organizado para o contrabando de cigarros - tendo em vista a enorme quantidade de cigarros (400 mil maços) e o modus operandi empregado (utilização de veículo de grande porte, caminhão bi-trem, ocultação dos cigarros contrabandeados em meio à carga de milho e promessa de pagamento de R\$ 5.000,00 pelo transporte) -, com disponibilidade logística e

de recursos suficiente para o cometimento do crime e para custear a fiança, a recomendar a fixação da garantia financeira em patamares acima dos usualmente admitidos.

Por outro lado, as circunstâncias do crime não acarretam peculiaridades especialmente gravosas, nem há indícios de periculosidade do custodiado, que não apresenta antecedentes criminais, e permanece preso há mais de 30 dias, a indicar que, de fato, não possui condições econômicas para adimplir a fiança de R\$ 80.000,00, inviabilizando, por falta de recursos, o direito à liberdade já concedida.

No caso dos autos, portanto, embora as circunstâncias em que praticado o delito não caracterizem ilegalidade na fixação da fiança, nem hipótese de dispensa, tenho como cabível sua redução, a fim de viabilizar a liberdade já concedida, sob pena de se manter o encarceramento tão-somente por impossibilidade financeira.

[...]

Fiança é contra-cautela, como garantia processual substitutiva da prisão. Uma vez prestada, fica vinculada ao resultado da causa penal - absolvido o réu, há restituição integral; condenado, descontam-se os valores das custas, danos causados à vítima e eventuais honorários de advogado dativo, restituindo-se a sobra.

Como garantia processual substitutiva, a fiança deve ser estabelecida de forma que não se torne obstáculo à liberdade, porém não em montante irrisório, meramente simbólico, pois poderia tornar inócua sua função de garantia processual.

Destaco, por fim, que na redução da fiança devem ser observadas as circunstâncias do flagrante e os indícios de participação em organização criminosa voltada ao contrabando de cigarros, revelados especialmente pelo modus operandi empregado, o que enfraquece eventual hipótese de fato isolado e afasta redução da fiança em maior montante.

Assim, não podendo a garantia financeira servir como obstáculo à liberdade já concedida, sendo, também, indispensável à vinculação do paciente ao processo e ao domicílio da culpa, sopesadas as condições legais para a fixação da fiança, o tempo em que permanece encarcerado e os indícios de participação em organização criminosa, reduzo a fiança para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sem prejuízo de outras cautelares a serem fixadas em primeiro grau." (fls. 21-22, grifei).

A decisão que apreciou o pedido liminar do presente **habeas corpus** reduziu novamente o valor da fiança, para o montante equivalente a dez salários mínimos, **unicamente em razão de não ser possível a manutenção da custódia cautelar tão somente em razão do não pagamento do valor arbitrado a título**

de fiança, ou incapacidade de adimplemento integral do montante, mormente quando o paciente possui advogado constituído nos autos (fls. 56-58).

Tal medida possibilitou ao paciente o pagamento da fiança, com a consequente expedição de alvará de soltura em seu favor, consoante informações prestadas pelo d. juízo condutor da ação penal originária, **verbis**:

"Cumpre ressaltar que, em razão da liminar do STJ, a defesa do paciente, na data de hoje (05/11/2019), realizou o pagamento da fiança fixada por esta Corte Superior, nos autos de Ação Penal nº 50054549420194047004 (instaurada com base no IPL nº 50048859320194047004), sendo expedido o competente alvará de soltura e o réu colocado em liberdade nesta data (conforme eventos 50, 51 e 52 dos autos de Ação Penal nº 50054549420194047004)." (fl. 67, grifei).

Dessarte, verifica-se que **o ora paciente encontra-se em liberdade**, já tendo adimplido integralmente o valor arbitrado por esta relatoria a título de fiança, quando da apreciação do pedido liminar, o que demonstra a razoabilidade e proporcionalidade da redução efetuada.

Ante todo o exposto, com fulcro no art. 34, incisos XVIII, alínea a, e XX, do RISTJ, não conheço do presente **habeas corpus**. Contudo, **concedo a ordem, de ofício**, apenas para, confirmando a liminar anteriormente deferida, reduzir o valor da fiança ao montante equivalente a 10 salários mínimos.

P. e I.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator